

## **As Diretrizes das Políticas Sociais sob o Processo de Recolonização da América Latina**

Guillermo Alfredo Johnson<sup>1</sup>

Existe um amplo consenso sobre as muitas mudanças que aconteceram nas últimas três décadas na economia, política e na questão social. Alguns pensadores celebram as amplas liberdades que o mercado instaurou e, segundo estes, essas liberdades contaminaram os outros âmbitos da sociedade, como a cultura, a capacidade de comunicação e uma profusão de informações que remete às chamadas “épocas áureas” no capitalismo. Acontece que essa festividade ofusca-se perante as informações que retratam o crescente fosso da distribuição da riqueza, da perda contínua do poder aquisitivo dos salários e a crescente precarização nas relações trabalhistas, expressas no desemprego, na informalidade e na intensificação na exploração do trabalho.

A aparente unanimidade sobre as transformações desdobram-se em elaborações que reeditam as promessas de bem estar para todos sob a égide das regras do mercado - ainda que admitindo-se as dificuldades a que uma considerável parcela da população é submetida ao limiar da sobrevivência - enquanto outros enfatizam as condições de pobreza e insegurança social de um número crescente de pessoas como resultado perverso do presente estágio da acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, os primeiros, concebem que se abre uma ampla gama de oportunidades para as realizações individuais respaldadas nas capacidades e aptidões que os indivíduos esgrimem na arena do mercado, em

---

<sup>1</sup> Professor dos Cursos de Ciência Política, Ciências Sociais e do Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas. Doutorando em Sociologia Política pela UFSC.

tanto que observamos que as condições de satisfação das necessidades básicas encontram-se cada vez mais longínquas.

Nas ciências humanas essa alteração do cenário internacional expressou-se enquanto uma crise das metanarrativas, uma falência do arcabouço conceitual que se propunha dar explicação aos fatos da realidade, traduzindo-se na afirmação do fim da modernidade. Nesta visão inscreve-se a concepção pós-moderna, que pugna por uma leitura da sociedade em que primam as fragmentações sociais, a carência de um projeto social totalizante explícito e confere papel destacado ao indivíduo no cenário social. Por sua vez, esta denominação não pretende anular a diversidade de elaborações do período em fito, mas só visa utilizar uma nomenclatura referencial a partir de uma perspectiva dialógica. As indiscutíveis evidências de mudanças que vivenciamos em nível mundial desde o último quartel do século passado levaram a esmagadora maioria das elaborações teóricas a representar a realidade como um novo cenário de profusão da diversidade e uma ampliação das liberdades de ação e pensamento, incentivando o abandono das teorias sociais universalizantes, munidas de categorias analíticas relacionadas a uma concepção manifesta de sociedade e com um projeto político claramente delineado. As teorias em foco decretam o fim das “certezas” decorrentes das metanarrativas, “que nada mais explicam”.

As teorias em voga no âmbito das ciências humanas, mais intensamente no início da última década do século passado, propalaram aos quatro ventos uma atualização da velha promessa liberal de bem estar para todos. Desta vez não seria mais a Primeira Revolução Industrial que garantiria isto, senão a denominada Terceira Revolução Industrial ou Revolução Informacional; desta vez a tecnologia digital, com o fim das fronteiras e barreiras, permitiria um acesso livre e democrático construindo uma utópica “Aldeia Global”. Estes pensadores esqueceram de dizer que estas afirmações abstraíram que esta sociedade que eles vislumbraram é para um número reduzido de pessoas do planeta. O sistema

político, econômico e social inaugurado com Reagan, nos Estados Unidos, e Thatcher, na Inglaterra, denominado de neoliberalismo, é uma fase ainda mais perversa que a anterior do capitalismo.

O capitalismo foi o grande “vitorioso” no embate com as forças, que segundo o pensamento liberal, tem impedido de avançar para uma melhor distribuição da riqueza. A partir desta perspectiva vivemos uma retomada das velhas bases liberais da sociedade, uma ofensiva do capital manifesto em todos os seus desdobramentos na realidade, por isto, boa parte daqueles que se consideram intelectuais, procuram apresentar a mesma tese liberal como representativo do moderno.

Omite-se nestas perspectivas o fato de que vivemos numa sociedade pautada pela desigualdade, onde o aumento na produção de riqueza se expressa no aumento de pobreza, e não ao contrário, como comumente afirma-se. Neste cenário, os países que eram denominados, eufemisticamente enquanto em desenvolvimento, hoje são periféricos; mas isto, por sua vez, traduz-se numa mudança nos papéis na produção e distribuição da riqueza que cada país, ou região do planeta, desempenhará na atual conjuntura.

### **Globalização ou mundialização?**

É fundamental tornar explícito que o conceito de globalização - vastamente abordado por diversos autores na mídia e no mundo acadêmico, sendo, ainda, que não existe uma definição consensual – considera o mundo caracterizado por um aprofundamento das velocidades das trocas, desde o campo afetivo até o informacional, no qual os intercâmbios acontecem de forma que prevalecem as redes ou variantes de concepções multipolares (alguns autores admitem a existência de relações hierárquicas entre os atores). Nesta concepção não se apresenta, como questão central, a desigualdade de exercício do poder e,

decorrente disto, uma relação hierárquica, vertical de tomada de decisões no âmbito geopolítico e econômico<sup>2</sup>. Não é relevante, nesta concepção, considerar que, em particular, América Latina desempenha um papel de subordinação em relação aos centros decisórios - as chamadas “potências mundiais” – ou que são os interesses destas últimas que prevalecem. O termo globalização traz consigo a idéia de consenso, uma perspectiva de construção conjunta de soluções para todos os setores da sociedade rumo a um mundo solidário ou algo semelhante<sup>3</sup>. Na presente abordagem resgata-se o conceito de luta de classes que pugnam pela apropriação da produção social da riqueza, que atualmente acontece eminentemente de forma individual, sendo que, decorrente desta perspectiva observam-se enfrentamentos, guerras, crises políticas e econômicas, mas não enquanto uma anomalia ou elemento estranho da realidade, senão como uma característica constituinte de um sistema social desigual.

As mesmas discussões expressam-se no processo decisório em nível internacional, que na globalização, segundo esses autores, encontra-se de maneira difusa, não sendo possível encontrar responsáveis e considerado freqüentemente naturalizado a partir da “revolução informacional”, das características da “sociedade pós-industrial”, etc. (KUMAR, 1997) Da ótica da recolonização as decisões são percebidas enquanto uma relação hierárquica unipolar e vertical, na qual a incorporação da tecnologia digital, por exemplo, somente confirma que trata-se de um sistema dinâmico no qual as decisões tomadas não sempre se aplicam nos espaços geográficos em que são adotadas, com as intensidades e características originariamente concebidas.

---

<sup>2</sup> Quando se admite o exercício desigual do poder, ele é considerado efêmero ou conjuntural, colocando a idéia de que existiria uma dinâmica indefinida de atores que detêm o poder de forma quase aleatória (LATOIR, 1994).

<sup>3</sup> A concepção de saída conjunta aproxima-se às teorias organicistas, clássicas dos alvares da sociologia, que podem se remontar às elaborações de Comte e posteriormente re-elaboradas por Durkheim. No âmbito do discurso político cotidiano essa fórmula é a mais recorrente, pois considera que somos igualmente responsáveis pelos momentos de instabilidade ou aumento desmesurado da desigualdade social. Também ergue um véu sobre a desigualdade de apropriação da riqueza.

Ao afirmar o caráter irradiador das políticas econômicas advindas dos centros decisórios do capital torna-se iniludível abordar o passado recente, no qual concebia-se que o mundo estava partilhado por dois blocos, capitalista e comunista. O antagonismo aparente, que se consolida a partir da Segunda Grande Guerra, instaurou uma “guerra de posições” – conhecida como Guerra Fria – mais caracterizada por uma corrida armamentista e tecnológica, enquanto tática ostensiva, do que a iminência de qualquer enfrentamento. No período apontado, o modelo keynesiano foi aplicado às economias mundiais no pós-guerra permitindo aos ideólogos do capitalismo difundir uma ilusão de contínuo crescimento com estabilidade social. Nesse período, de aproximadamente três décadas, se atribuiu ao Estado uma função provedora e assistencialista, O *Welfare State*<sup>4</sup> (CASTELLS, 1997: 44; ARRIGHI, 1996).

Posteriormente, nos anos 70 o sistema capitalista apresentou uma profunda crise econômica, intencionalmente apresentada enquanto uma incapacidade dos Estados continuarem expandindo seus investimentos sociais, e cujo ápice é freqüentemente representado pela “crise internacional do preço do petróleo” em 1973-1974. A inflação ascendente foi enfrentada com uma série de reformas aplicadas com pioneirismo no fim da década de 70 por Reagan nos Estados Unidos e Margareth Thatcher na Grã Bretanha, este processo de implementação continua afirmando-se nos anos 90. CASTELLS apresenta os eixos principais da política aplicada em nível mundial: a chamada política neoliberal. Esses quatro objetivos são resumidos assim:

... profundizar la lógica capitalista de búsqueda de beneficios en las relaciones capital-trabajo; intensificar la productividad del trabajo y del capital; globalizar la producción, circulación y mercados, aprovechando la oportunidad de condiciones más ventajosas para obtener beneficios en todas partes; y conseguir el apoyo estatal para el aumento de la

---

<sup>4</sup> *Welfare State*, Estado de Bem Estar, Estado Social ou Estado Providência, “é, em parte, investidor econômico, em parte regulador da economia e dos conflitos, mas também Estado benfeitor que procura conciliar crescimento econômico com legitimidade da ordem social” (TOLEDO, 1997: 75).

productividad y competitividad de las economías nacionales, a menudo en detrimento de la protección social y el interés público. (CASTELLS, 1997: 45)

O FMI (Fundo Monetário Internacional), destacado ator da presente fase financeira do capital, contribui na homogeneização das condições de acumulação do capitalismo global cortando empréstimos, aconselhando a redução dos salários e importações nos países periféricos sustentados na *“derrota política de los sindicatos de los trabajadores en los principales países capitalistas y de la aceptación de una disciplina económica común para los países comprendidos en la OCDE”* (CASTELLS, 1997: 46). A derrota conjuntural do campo dos trabalhadores é reforçada após a queda do Muro de Berlim, pois a propaganda do fim do socialismo virou moeda corrente dos comentaristas políticos de plantão.

A informática, associada a microeletrônica e as telecomunicações, adquiriu uma importância tal na sociedade que, por exemplo, CASTELLS, 1997 conferem o nome de informacionalismo a atual fase do capitalismo. Para se ter uma idéia da importância desta relação, o autor antes mencionado associa o informacionalismo com a expansão e rejuvenescimento da presente fase do capitalismo. Assim, a sociedade seria simultaneamente global e informacional, porque nas novas condições históricas, a produtividade se gera e a competitividade se exerce através de uma rede global de interação. Estes novos elementos permitem que a economia funcione como uma unidade em tempo real integrando os segmentos das estruturas econômicas, os países e regiões, em proporções que variam conforme a localização deste na divisão internacional do trabalho<sup>5</sup>. Independente do grau de importância conferido a relação entre os avanços tecnológicos e a situação da economia mundial, não pode se negar o fato que os avanços da microeletrônica, das telecomunicações e da informática construíram-se, numa relação dialética, como elemento facilitador da atual fase do capital.

---

<sup>5</sup> Para uma idéia resumida da estrutura da economia globalizada, ver CASTELLS, 1997: 173.

O novo sistema econômico global é por sua vez muito dinâmico, excludente e instável nas suas fronteiras. (CASTELLS, 1997: 130) O núcleo da economia global é uma rede estreitamente interdependente entre Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental, e que se consolida cada vez mais constituindo o que OHMAE etiquetou anos atrás de "Poder Triádico".

A economia global que surge da produção e competência baseadas na informação se caracteriza pela sua interdependência, sua assimetria, sua regionalização, a crescente diversificação dentro de cada região, sua inclusividade seletiva, sua segmentação excludente e, como resultado de todos estes traços, uma geometria extraordinariamente variável que tende a dissolver a geografia econômica histórica (CASTELLS, 1997: 133).

Neste contexto turbulento, América Latina e, em particular, Brasil redesenham seu espaço no mapa econômico mundial. Nosso país pode ser representativo da situação em que se encontram os países do Cone Sul, algumas informações macroeconômicas indicam que ainda sendo um economia de importância mundial, possui uma das piores distribuições de renda e é destaque, proporcionalmente à sua população, em desemprego na atualidade.

A presente etapa do capitalismo mundial pode ser abordada como uma crise no mecanismo de acumulação e valorização do capital. Desde este ângulo, as novas formas de organização da produção e o aumento considerável dos investimentos financeiros procuram manter uma taxa de lucro cada vez mais fictícia, pois ela provém do sistema de créditos e do jogo especulativo das bolsas de valores, e não da extração direta de mais-valia. (ARRIGHI, 1996).

Relacionado a esse novo regime de acumulação, podemos dizer que há dois momentos em sua conceituação sobre o processo de mundialização do capital - termo que François Chesnais usa em detrimento do termo, muito ambíguo, de globalização, este último originado nas escolas de administração norte-americanas para se referir às oportunidades de negócios surgidas com a globalização dos

negócios. Cronologicamente, no primeiro deles, partia do pressuposto de que a mundialização era apenas mais uma etapa da mundialização do capital produtivo, apesar de já ressaltar o ressurgimento de uma hegemonia que o capital financeiro não conhecia desde antes de 1913. Neste processo, as multinacionais eram os principais atores do sistema econômico mundial, que estariam mundializando sua produção. Em termos quantitativos, o crescimento do comércio exterior nos últimos tempos expressaria nada mais que o crescimento das transações intracorporativas, que seriam responsáveis, por exemplo, por 40% do volume do comércio dos EUA e do Japão.

Mas o fator mais importante da mundialização, mais que o próprio crescimento do comércio exterior, seria o crescimento do investimento externo direto (IED), tanto no setor industrial quanto nos serviços (CHESNAIS, 1996: 33). Esta mundialização teria um caráter excludente, estando os IEDs concentrados nos países que Chesnais chama de Tríade (América do Norte, Europa, e Leste Asiático), sendo que as outras regiões do globo são submetidas a uma crescente marginalização. Esse é o Chesnais do livro *A Mundialização do Capital*, publicado no Brasil em 1996, e que tomou como ponto de partida para a análise da mundialização do capital o capital produtivo, mas que sofreu uma modificação importante em seu livro lançado em 1999, *A Mundialização Financeira*, alteração essa que o autor fez questão de destacar desde o prefácio:

O livro anterior havia sido escrito partindo da idéia de que a mundialização do capital constituía uma etapa a mais no processo de internacionalização do capital produtivo. Era, portanto, centrado na organização e nas operações contemporâneas das multinacionais. Destacava-se o fato de que a mundialização do capital era mais impulsionada na esfera financeira que em qualquer outro domínio. Mas, apesar de tratar-se do papel desempenhado pelas taxas de juros reais positivas sobre o nível e a orientação da acumulação, como da financeirização dos grupos industriais, a interpretação do movimento de conjunto do capitalismo mundial partia, ainda, das operações do capital industrial. A partir dos dados e das análises reunidos neste novo livro, um deslocamento qualitativo se impõe. **É da esfera financeira que é**

**necessário partir se desejarmos compreender o movimento em seu conjunto** (CHESNAIS, 1999: 7, grifo nosso).

Partir do capital financeiro, para esse autor significa que o capitalismo entra em um novo regime de acumulação<sup>6</sup>: predominantemente financeiro, com todas as implicações que isto gera para o investimento produtivo. O que eminentemente move o capitalismo na presente fase são os lucros gerados na esfera financeira, através dos inúmeros instrumentos que foram criados desde a liberalização dos capitais no início dos anos 80: títulos, derivativos, ações, a securitização das dívidas - principalmente da dívida pública a partir dos anos 80. Esse ritmo frenético sustenta-se na contribuição das novas tecnologias da informação, que permitiram a integração dos mercados financeiros 24 horas por dia. Os elementos apresentados expressam a alteração do padrão de acumulação do capitalismo. Nesse quadro, são as novas instituições financeiras, os fundos de pensão, os *mutual funds*, as corretoras que se transformam nos principais protagonistas do sistema global, relegando as grandes multinacionais a um segundo plano.

Um ponto a ser ressaltado é que a mundialização do capital, para Chesnais, foi provocada principalmente por políticas governamentais de desregulamentação e liberalização financeiras, políticas patrocinadas por poderosos interesses econômicos que denomina de rentistas. E tudo isto originando perigosas realidades para o capitalismo, riscos e fragilidades sistêmicas, crises nascidas na esfera financeira e que poderão futuramente comprometer esse regime de acumulação. Desta maneira, os processos em curso não são irreversíveis e representam uma correlação de forças sociais em que setores financeiros conseguiram de alguma maneira uma hegemonia, patrocinada pelos EUA, o país que, segundo Chesnais, mais se beneficia deste regime de acumulação.

---

<sup>6</sup> Em relação às características e decorrências das caracterizações sobre o novo regime de acumulação capitalista existem muitas posições, entre as quais podem se citar as de Hirst & Thompson (1998); Harvey (1993); Kurz, (1998); Mészáros (2001); Wallerstein (2002), Arrighi & Silver (2000).

Ao abordar o presente momento enquanto mundialização, em nenhum momento afirma-se que este é um processo irreversível ou ingovernável, assim como também não é considerado apenas a repetição de fenômenos passados. Pelo contrário, observa-se nas mudanças do capitalismo atual uma conjunção de fatos qualitativamente diferentes dos que existiam na regulação fordista e até antes desta, podendo até chamá-los de uma maneira particular, o que faz Chesnais nomear este processo de mundialização.

O importante é ressaltar que essa perspectiva é fruto de uma correlação de forças, configurando uma constelação diferenciada para esse momento do capitalismo que, entrando num novo ciclo de acumulação, apresenta novas formas sociais e culturais, que freqüentemente são denominadas de pós-modernas.

A presente abordagem baseia-se na crítica do presente processo neoliberal, uma vez que o pressuposto liberal - não comprovável da perfeita alocação dos recursos por parte do mercado - é compreendida enquanto um elemento de caráter eminentemente ideológico. Existe uma maior identificação com a perspectiva de Chesnais, que considera esses fenômenos enquanto processos hegemônicos e excludentes, com especificidades tais que fundam um novo regime de acumulação, sob predominância financeira, de modo algum ingovernável, mas cujo formato atual está servindo a interesses rentistas e aos interesses da principal potência econômica, os Estados Unidos.

## **O processo de recolonização da América Latina**

A relação de subordinação dos países latino-americanos aos países hegemônicos do sistema mundial inicia-se com o seu “descobrimento”. A história dessa opressão econômica, política e social encontra-se retratada em numerosos estudos que abordam as diversas expressões que essas relações assumiram no decorrer de mais de cinco séculos.

No complexo interregno em que transita o enfraquecimento das leis coloniais constrói-se a independência política dos países latino-americanos dos seus respectivos impérios – como corolário da Revolução Francesa, em 1789. De acordo com Marini (2000: 106) “a revolução industrial [...] corresponde na América Latina à independência política”, que na primeira metade do século XIX, a partir da estrutura social e institucional, passam a orbitar em torno da Inglaterra, ainda em condição colonial. Essa relação permite a transferência do excedente obtido nos países latinos para a metrópole, nas primeiras décadas do século XIX, através do intercâmbio desigual de mercadorias – produzindo e exportando bens primários em troca de manufaturas de consumo e empréstimos. Já na segunda metade do século antes mencionado, quando a balança comercial começa a se tornar favorável para os países de América Latina a transferência do excedente de produção se realiza através da dívida externa<sup>7</sup>.

Em meados do século XX, os países latino-americanos usufruíram um período de certa autonomia política, permitindo-se políticas nacionalistas e, em alguns casos, construindo uma burguesia nacional. Em certos momentos, essa burguesia nacional elabora estratégias de enfrentamento com o capital internacional, chegando a construir barreiras alfandegárias que protegeram as indústrias nacionais. No período de 1955-1990, no Brasil, a participação da indústria no PIB saltou de 19% para 30%, como perspectiva de consolidar um regime de substituição de importações. Nesta conjuntura protecionista da economia brasileira, na qual o Estado aplicou a política restricionista - regulando ou até abolindo as importações que compitam com as empresas sediadas no país - criaram-se melhores condições para o desenvolvimento da indústria nacional promovendo importantes mudanças na estrutura da economia brasileira (FURTADO, 2000, p. 52-3; MARINI, 2000).

---

<sup>7</sup> Na mesma obra, o autor, revela dados interessantes para análise deste mecanismo de transferência de riquezas da periferia para o centro.

As teorias da dependência, que possuíram relativa importância nas décadas de 60 até 80 na América Latina, refletem em grande parte a intencionalidade dos governos em construir uma perspectiva desenvolvimentista com laivos de redistribuição da riqueza. A partir dos anos 80, no conjunto dos países latinos, implementa-se um novo padrão de construção do Estado, qualificado enquanto neoliberal seguindo os exemplos de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos. O precursor desta modalidade na América do Sul foi o governo totalitário de Pinochet, no Chile.

Retomando a história de submissão da América Latina observamos que a o desempenho de papéis de subordinação tem sido a constante no cenário internacional. Mas o que afirmamos na atualidade é que essa situação aprofunda-se com as novas características que assumem as relações políticas e econômicas. Neste sentido, Casanova, 2000, considera que “a reconversão em curso na América Latina é em grande medida uma recolonização”. Pois o que se vislumbra é um considerável aprofundamento da ausência de controle dos governos sobre a produção nacional – ainda que anteriormente esse processo tenha sido muito débil também. Isto seria agravado pelo aprofundamento das transações desiguais no mercado mundial, o crescente endividamento – que para Casanova se expressa em forma de dominação colonial através do crédito – e o processo de privatização dos setores públicos de fornecimento de políticas sociais.

Afirmamos que um traço característico do presente estágio reside na redução drástica do grau de liberdade na perspectiva de construir um processo autônomo e soberano de consolidação dos Estados nacionais dependentes, retomando condições clássicas do período colonial (SAMAPAIÓ JR, 1999). O deslocamento do centro gravitacional do processo decisório está também relacionado com o papel que as empresas transnacionais tem conferido no presente período às suas filiais nos países periféricos.

Segundo Petras & Veltmeyer, 2002 a presente relação, que qualificam enquanto um “novo imperialismo”, inicia-se na América Latina nos anos sessenta com a proliferação de ditaduras militares, mas aprofundam-se nos últimos anos com o colapso da aparente bipolaridade que caracterizava o período anterior – conhecido como Guerra Fria -, o aprofundamento da crise econômica global expressa em vários abalos sistêmicos da economia bursátil, agravando-se após os eventos do 11 de setembro. Para estes, as conseqüências para a América Latina foram catastróficas, podendo ser sintetizadas na emergência de um processo de verdadeira “reversão neocolonial”, no bojo de um “projeto imperial de recolonização”.

Diversos e conhecidos são os mecanismos econômicos de transferência de riquezas produzidas pelos latino-americanos, que se acentuaram nas últimas duas décadas<sup>8</sup>: sustentam-se no pagamento de juros a longo prazo da dívida externa em grande escala; transferência massiva de lucros derivados dos investimentos diretos e de carteira; compras e aquisições de empresas públicas lucrativas e de empresas nacionais com problemas financeiros; cobrança de royalties e direitos de licença sobre uma ampla variedade de produtos, patentes, mercadorias culturais, etc.; balanços de conta corrente favoráveis baseados na dominação das corporações e bancos dos Estados Unidos na região (SOARES, 2003: 73).

Um conjunto de políticas tem favorecido a implementação de um abrangente programa de privatização, promovido pelos governos latino-americanos, aliado a um aumento contínuo da liberalização, oferecendo segurança aos investimentos externos através da estabilização monetária, por sua vez apresentando o atrativo de um extenso acervo de riquezas naturais, mercados internos não desprezíveis e força de trabalho numerosa e barata disponíveis na região.

---

<sup>8</sup> Para informações mais detalhadas sobre os mecanismos e dimensão de transferência de riquezas dos países da América Latina para os centrais observe-se o texto de autoria de Petras e Veltmeyer, disponível em [www.rebellion.org/petras/milenio-petras.htm](http://www.rebellion.org/petras/milenio-petras.htm).

Para se construir uma vaga noção das riquezas que historicamente temos exportado é necessário considerar os recursos transferidos através dos mecanismos desiguais dos termos da troca comercial, a enorme remessa de valores em forma de royalties e os pagamentos de juros e serviços das dívidas externas e internas, assim como os lucros sobre investimentos de longo e curto prazo, o resultado é uma enorme sangria dos recursos vitais da região latino-americana, para enriquecer um punhado de empresas e bancos locais e estrangeiros, em detrimento da economia e da população local.

É possível compreender a dimensão da riqueza exportada considerando também que, na última década, amargam-se períodos de crises sistemáticas na América Latina, com baixos índices de crescimento econômico – ou para definir melhor, uma estagnação continuada – ao tempo em que presenciamos a divulgação de balanços bancários exorbitantemente positivos, inaugurando recordes de lucratividade no mesmo intervalo temporal. Essa perspectiva, sem dúvida, pode ser compreendida com a adoção do conceito de mundialização – anteriormente abordado -, que caracteriza o aspecto enfático do estágio financeiro da acumulação capitalista.

Desta maneira, o papel que os países periféricos são chamados a desempenhar exclui as perspectivas do desenvolvimento nacional, sendo que, cada vez mais são compelidos a reduzir as resistências à livre circulação do capital internacional, assim como também incentivados a elaborarem políticas para restringir o êxodo de migrantes rumo aos países centrais, evitando eventuais situações de instabilidades nestes últimos. Ao mesmo tempo em que exercem o papel de reservas de riquezas naturais, as quais os países centrais podem dispor, tornando-se os locais factíveis de reduzirem tensões internas a estes (SAMPAIO JR., 1999).

Assim,

Ao aceitar de forma submissa tais exigências do imperialismo, as classes dominantes locais têm negado a *vontade política* como meio de

construção da nação. Em outras palavras, no atual contexto, a própria *soberania popular* é negada como fundamento do poder do Estado. De fato, ao escolher seus governantes, o povo apenas tem decidido quem implementará as medidas *previamente decididas* pelas instituições do imperialismo. Tais medidas são tidas como a única “racionalidade econômica” possível, como verdadeiras leis da natureza incontestáveis em sua essência (SOARES, 2003: 86).

Um outro aspecto importante da presente situação observa-se no desmantelamento do aparelho estatal, através do discurso da “reforma do Estado”, que vem reduzindo o número e os direitos dos trabalhadores estatais que respondem pela sua administração direta e indireta. Isto, aliado ao processo crescente de privatização e terceirização que conduz a uma crescente mercantilização dos serviços públicos.

Finalmente, sem a pretensão de ser exaustivo, uma outra função estratégica do Estado vem sendo progressivamente deixada de lado, a denominada Segurança Nacional. Não possuindo estudos mais aprofundados em nível nacional<sup>9</sup>, vislumbra-se a crescente instalação de bases militares estadunidenses em território latino-americano, aliado a um crescente sucateamento das forças armadas nacionais. Assim, perante mobilizações que possam ameaçar a legitimidade dos governos, não conseguindo controlá-las dentro das regras do jogo institucional vigente, os países latinos encontram-se a mercê das denominadas “forças multilaterais”, que se difundem com mais freqüência no cenário internacional

Nestes termos, o aprofundamento da dependência econômica e política dos países latino-americanos, deslocando o poder decisório sobre as políticas nacionais em benefício do capital internacional – sendo refém do capital financeiro -, é o que denominamos enquanto um processo de recolonização. Isto significa que, cada vez

---

<sup>9</sup> É mister regatar informações sobre as características da cessão da Base de Alcântara, no Maranhão, à qual é vedado o ingresso sem permissão do governo dos EUA. Textos interessantes sobre o aspecto militar da dominação hegemônica dos EUA são: BIANCHI, A. Os neocruzados: a guerra no Afeganistão e a nova ordem mundial. *Revista Outubro*, n. 6, 2002 e SERFATI, C. O braço armado da mundialização. *Revista Outubro*, n. 6, 2002.

mais, as políticas sociais e econômicas não somente são elaboradas fora do espaço nacional como elimina as possibilidades de elaboração de um projeto minimamente viável de desenvolvimento nacional, pois a lógica subjacente privilegia o mercado em detrimento de quaisquer outras variáveis.

## **As políticas sociais na América Latina**

O atendimento às necessidades básicas tem sido uma preocupação histórica para os setores despossuídos. No período recente as perspectivas oficiais relacionam freqüentemente a situação de pobreza a que uma considerável parcela da população é submetida à impossibilidade de sustentar crescentes saldos positivos das balanças comerciais, conclamando a esforços produtivos “coletivos” com a renovada argumentação de que deve-se ter paciência, pois no futuro – inalcançável – poderá se *redistribuir a riqueza* de maneira a realizar a *justiça social*.

Mas, o período que se inaugura na década de 1970 com a diminuição do crescimento econômico, o retorno de altas taxas de inflação e o surgimento de um nível inédito de desemprego indicam o fim de uma época considerada “*áurea*”<sup>10</sup> para o capitalismo. No bojo dessa turbulência novamente o foco da discussão sobre as questões sociais reside nas conhecidas relações entre políticas sociais e Estado, que é o momento em que se gera a necessidade de implementar uma “Reforma do Estado”, sob a alegação da necessidade de um Estado mais profissional, gerencial, ágil, com um perfil semelhante às grandes empresas do setor privado, nos quais hierarquizam-se a eficiência em detrimento da eficácia e

---

<sup>10</sup> Anteriormente abordamos alguns elementos sobre as causas relacionadas com a crise que o regime do acumulação do capital apresenta, e os novos rumos que este adota para retomar o seu curso.

da efetividade das políticas sociais decretando um longo e tortuoso estrangulamento do Estado Provedor.

As tentativas explicativas para essa crise do Estado tem sido recorrentemente abordada pela literatura especializada em políticas públicas. Dentre elas apontarei a de Rosanvallon, 1994 que esgrime como tese principal a idéia de que a crescente demanda social, pressionada ainda pelo crescimento populacional assim como pelos emergentes movimentos sociais reivindicatórios, colocaria o Estado perante um impossibilidade financeira de atender as necessidades da população. As argumentações continuam no sentido de que seriam necessários maiores impostos ou mecanismos de arrecadação, situação que impossibilitaria qualquer perspectiva de competitividade internacional. As explicações que constam em Toledo, 1997 confirmam os elementos antes apontados, argüindo que no âmbito da organização do trabalho a crise de acumulação está associada também ao esgotamento do taylorismo-fordismo enquanto referencial produtivo. Mas, o argumento mais freqüente focaliza-se na crise fiscal do Estado, além de ressuscitar o tradicional argumento liberal de não interferência do Estado nas relações sociais..

Assim, o Estado, de ser o principal motor no desenvolvimento econômico dos anos 1960 e 70 passa a ser o alvo de críticas pelo seu excessivo intervencionismo. Logo, sendo o Estado Social interventor na economia, através das empresas estatais de oferta de serviços públicos, e, ao mesmo tempo, o fornecedor monopólico das políticas sociais - o aparelho estatal era vasto, sendo um dos principais empregadores, freqüentemente o maior de cada país -, acirraram-se as críticas focalizadas na ineficácia e ineficiência do Estado.

Assim, seguindo linearmente os argumentos apresentados, a decorrência política natural focaliza-se na crítica ostensiva ao tamanho do Estado, insistindo-se portanto na necessidade de sua redução, pois a *crise fiscal* coloca a imperiosa necessidade de reduzir o investimento estatal, assim como também o "excessivo"

intervencionismo estatal. Com esses argumentos procura-se implementar a propalada “Reforma do Estado” que visa torna-lo parceiro no financiamento e execução das políticas sociais, zelando pela *livre circulação* e alocação de recursos em investimentos rentáveis, deslocando o eixo da intervenção estatal na economia de investidor direto para mero regulador das *forças do mercado*.

As linhas gerais desta concepção de Estado guarda estrita proximidade com o projeto liberal, assentando-se em premissas semelhantes, por isso sua denominação de neoliberal. Parafraseando as máximas de Adam Smith e John Stuart Mill, reafirmam-se a concepção de que a sociedade é a soma das ações racionais individuais que pugnam pela otimização de benefícios a partir de meios escassos, retomando a tese individualista de realização social (TOLEDO, 1997). Isso conduz à quebra da concepção de solidariedade, realizada no âmbito do Estado, de satisfação social das necessidades, reforçando uma perspectiva eminentemente individual, egoísta e ambiciosa.

As transformações políticas, sociais e econômicas que se consolidam a partir da crise de acumulação capitalista dos anos 1970 estão baseadas na reformulação da relação entre capital e trabalho. As “novas” concepções de Estado fazem parte de um rearranjo internacional que se implementam, em princípio, de maneira dispersa e, desde o começo, com diferentes cadências no globo. Em 1989, em Washington, acontece uma reunião que integra e confere coerência às várias alternativas políticas que o Banco Mundial, o Banco Internacional de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional, entre outros, “recomendavam” para os países periféricos<sup>11</sup>.

As políticas que surgiram dessa reunião, conhecida como Consenso de Washington, tem sido aplicadas nos países de América Latina em diferentes ritmos

---

<sup>11</sup> A reunião foi patrocinada por uma organização que presta consultoria política ao governo dos Estados Unidos da América, o Institute for International Economics, e está plasmada numa publicação intitulada *Towards Economic Growth in Latin América*. Esse documento é posteriormente comentado por BATISTA, 1994.

e profundidades, podendo ser levado em consideração para esse ritmo o conceito de heterogeneidade estrutural cunhado pelos economistas da CEPAL. Mas, mais do que isso, é procedente afirmar que estas foram implementadas de acordo com a correlação de forças do movimento dos trabalhadores de cada país; assim, em países onde a coesão dos setores sociais dominantes que aderiram a essas políticas ou repressão estatal foi mais contundente, a sua aplicação foi mais rápida e profunda – essa tese permite entender o caso de Chile no governo Pinochet, precursor desta política em América Latina -, já nos países que apresentaram movimentos sociais ou centrais sindicais que preservaram a defesa dos direitos sociais a velocidade e dimensão das políticas foi mais cuidadosa e mediada por grandes negociações com amplos setores, mas, em última instância, o resultado tem sido em longo prazo o mesmo.

Existe uma insistente resistência por parte dos estudiosos da realidade política, econômica e social de conceber a possibilidade da existência de políticas semelhantes ou padronizadas para um conjunto de países com uma diversidade e amplitude das dimensões dos países latino-americanos. Alguns consideram as leituras macro-estruturais falidas enquanto explicação da realidade, mas, em verdade, grande parte destes estudiosos engoliram a pílula do fim da história e, somente, conferem validade para as teorias que enaltecem a complexidade e as possibilidades que a presente globalização diz apresentar. Infelizmente, essas últimas características correspondem a uma perspectiva utópica do liberalismo, incapaz de ser realizada numa sociedade crescentemente caracterizada pela desigualdade, onde a violência torna-se cada vez mais a forma corrente de relacionamento perante o autoritarismo de mercado.

É interessante destacar que o artigo de Batista, 1994 é eminentemente econômico, colocando as questões sociais como meramente residuais<sup>12</sup>. As

---

<sup>12</sup> A apresentação deste importante debate sobre a relação da política econômica, conjunturalmente neoliberal, com as diretrizes das políticas sociais encontra-se em LAURELL, 1997 e SOARES, 2001.

políticas neoliberais apresentam uma preocupação eminentemente financeira, numa perspectiva de preservar a “saúde” das finanças nacionais em vista a cumprir os compromissos com os credores internacionais. Por essa razão é mister avaliar, ao menos sucintamente, os desdobramentos que as dez áreas às quais o referido documento se refere expressam-se na sua implementação nos países da América Latina.

Simultaneamente a essas prescrições encontram-se outras não menos importantes aplicadas veementemente desde o início da década passada. Uma delas consiste na vinculação das moedas nacionais latino-americanas ao dólar, pensadas enquanto mecanismos para evitar formas agudas de inflação como também para obter a almejada estabilidade monetária (tem sido implementados diversos planos econômicos com êxito desigual nos países, sendo que o Plano Real no Brasil faz parte desta concepção). Crescentemente relevante apresenta-se a formação de esquemas regionais ou sub-regionais de integração econômica, na forma de união aduaneira, a exemplo do Nafta ou do vacilante Mercosul, sendo que atualmente prima a discussão sobre a Alca – Área de Livre Comércio das Américas. As negociações em curso visam consolidar o comércio desigual e a desproteção dos setores produtivos latino-americanos aos produtos dos EUA, altamente subsidiados ou pertencentes a setores cuja produtividade não possui concorrência. Esse processo aprofundará a relação neocolonial em que América Latina encontra-se submerso.

A primeira delas refere-se a disciplina fiscal, que por sua vez relaciona-se fortemente com a priorização dos gastos públicos. No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal, cumpre o papel de estipular limites para os gastos sociais, com o funcionalismo público ao mesmo tempo em que estabelece medidas padronizadas de investimento em áreas como a educação e a saúde. Em nível das finanças nacionais essa política se expressa enquanto reservas para cumprimento de metas combinadas com organismos financeiros internacionais – como o

superávit primário dos últimos governos brasileiros – assim como na previsão do destino dos recursos representados nos Produtos Internos Brutos a serem dedicados aos pagamentos de juros e serviços das dívidas internas e externas dos respectivos países.

Outra área constitui-se na reforma tributária, orientada freqüentemente a desonerar a produção e a movimentação financeira, leia-se empresariado, ao mesmo tempo em que se privilegiam-se modalidades de arrecadações difusas direcionadas à classe média ou através de impostos que atingem a grande maioria da população (essa política está na base do Imposto sobre o Valor Agregado na Argentina, o Imposto sobre o Consumo de Mercadorias e Serviços no Brasil ou, mais precisamente, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). O auto-financiamento das políticas sociais implementadas nas políticas previdenciárias também estão relacionadas com essa perspectiva.

As medidas do âmbito financeiro e comercial, em particular a sua aconselhada liberalização, fazem parte, junto com as relacionadas com o regime cambial, da essência das políticas em voga. Apesar de serem essas medidas eminentemente econômicas, os seus efeitos “colaterais” são devastadores para a indústria e comércio tupiniquim. A política de livre comércio, tal qual ela se apresenta, baseia-se na realidade das origens do capitalismo, quando existiam somente pequenas empresas em igualdade de condições de concorrência – ainda assim a referida teoria não poderia explicar o que levou o mercado à monopolização. O presente jogo do mercado está hegemonizado por grandes empresas transnacionais, que monopolizam em diversos graus a produção e a comercialização com características crescentemente financeiras que tornam dito discurso uma cilada. Não existe possibilidade de competir, nem de melhorar preços (outro mito liberal), somente a procura da abertura unilateral dos mercados. Com essas medidas que derrubam as barreiras protecionistas da produção nacional devastaram alguns parques industriais latino-americanos – particularmente da

Argentina – e tornaram os seus mercados internos reféns das políticas industriais das transnacionais.

Outro elemento destacado é o ingresso de Investimento Direto Externo, que visa dinamizar a produção e circulação de mercadorias, através de criação de empresas, incorporação de novas tecnologias ou compra de empresas estatais. A partir dos dados de Lacerda, 2000<sup>13</sup> pode-se perceber que o capital estrangeiro na última década aumentou a sua participação, em particular no Brasil, na indústria, infra-estrutura e serviços. Estes setores foram particularmente alavancados pela privatização e abertura dos mercados, sendo importante destacar o financeiro, supermercadista e serviços pessoais. O setor de infra-estrutura é compreendido pela telefonia, energia elétrica, serviços de água e saneamento básico, assim como também de rodovias. Os investimentos nos setores antes mencionados não geram receitas de exportação e demandam remessas futuras para o pagamento de lucros, dividendos e royalties. Este último item, a décima área de abrangência do documento em análise, constitui-se numa dos mecanismos de dependência tecnológica e de transferência crescentes de recursos - que consiste na apropriação individual ou de corporações do conhecimento histórica e socialmente construído – para os cofres das transnacionais<sup>14</sup>.

Duas áreas de intervenção das políticas decorrentes do Consenso de Washington apresentam evidente relação com as diretrizes das políticas públicas: a privatização e a desregulação. Desde os anos 1980 a política de transferência das empresas geridas pelo Estado para o setor privado um dos eixos perceptíveis da ação dos diversos governantes. Com o discurso da ineficácia da ação estatal e da *crise fiscal* assistimos à venda dos setores siderúrgicos, energéticos, telefonia,

---

<sup>13</sup> Uma informação ilustrativa da incorporação do Brasil nesta política é o fato que das 500 maiores empresas globais, 405 têm sede no país. O total produzido pelas empresas transnacionais no ano 2000 representa em torno de 20% do PIB (LACERDA, 2000).

<sup>14</sup> De acordo com PETRAS & VELTMEYER, 2002 o volume de recursos transferidos pelos países da América Latina a partir do final dos anos 1990 tem ultrapassado o bilhão de dólares anuais rumo às empresas dos EUA.

comunicações, de água, saneamento e bancários, entre outros, para empresas transnacionais que repartem em pequeno número a prestação desses serviços em nível mundial. Aliada a desregulação prescrita, esse processo tem empurrado para a informalidade, a precariedade e o desemprego milhares de pessoas. O afastamento do Estado enquanto regulador das relações entre capital e trabalho inscrevem-se neste tópico, que se manifesta na flexibilização das leis trabalhistas, através da extinção de direitos trabalhistas com muitas lutas conquistados.

Na gestão das políticas públicas pode ser relacionado o processo de descentralização no âmbito da saúde e educação como decorrente da desregulação da ação estatal. Uma das críticas decorrentes do desenho considerado burocrático das políticas estatais relaciona-se também com sua característica centralizadora. No âmbito da educação, a expressão dessas diretivas manifestam-se na delegação das responsabilidades para as esferas estaduais e municipais da elaboração, implementação e avaliação das ações sociais. Por sua vez, a decorrência concreta dessa mudança permitiu o crescimento do gerenciamento privado, particularmente significativo no ensino superior e no pré-escolar. Na saúde essa estratégia se expressa na transferência da gestão para os níveis locais de decisão. Essa descentralização acontece no contexto da redução de investimentos sociais e da convocação da sociedade civil, do terceiro setor, para assumir as parcerias tanto na gestão quanto no financiamento das políticas sociais.

A regulação exercida pelo Estado é considerada danosa para o livre desenvolvimento das forças do mercado, pois o primeiro prescrevia regras para o setor empresarial ao mesmo tempo em que era o seu principal concorrente em diversos setores considerados rentáveis (setores infra-estruturais, educação, saúde, etc.). Por tanto, deve-se deixar que as forças do mercado construam o equilíbrio, pois a recompensa pelos esforços individuais serão garantidos por esse ente que paira como uma essência etérea.

De maneira geral, a redução de direitos é apresentada enquanto a solução para os problemas sociais. No combate ao desemprego a fórmula afirma que o menor custo dos empregos aumentará as contratações, fato que não se comprova na realidade. Isto, aliado á incorporação das novas tecnologias e o desmonte do serviço público tem contribuído para o aumento das demissões e a precarização das relações de trabalho (contratos temporários, intensificação do trabalho, aumento das horas de trabalho sem o correspondente pagamento, aumento do trabalho informal e sem carteira assinada, etc.). Essas aparentes soluções aumentam o grau de exploração dos trabalhadores empregados, engrossa o desemprego

Para manter os lucros capitalistas sob as condições crônicas de estagnação econômica, a agenda política neoliberal promove na América Latina uma série de assaltos diretos contra a classe trabalhadora, atacando sua capacidade organizativa e negociadora (através da flexibilização dos direitos sindicais e trabalhistas), e um assalto indireto (através da desresponsabilização do Estado pelas políticas sociais) contra os benefícios sociais, revertendo a legislação social do período prévio. O resultado natural vislumbra-se na redução drástica da participação do trabalho na renda nacional, com uma grande compressão dos salários.

A propalada desregulamentação do mercado de trabalho conduz a novas regras impostas pelo capital, que se materializam na destruição dos trabalhos estáveis, na crescente marginalização social e na polarização aguda das economias nacionais. As desigualdades sociais desde a implantação das políticas neoliberais aumentaram ainda mais. Ergue-se enquanto exemplo paradigmático o caso da Argentina que, por exemplo, em 1975, a proporção das rendas entre as camadas superior e inferior era de 8 para 1. Em 1991, um ano depois de começar a intensificar as medidas em discussão, esta diferença na renda duplicou e em 1997, quando os efeitos estavam “consolidados” chegou a 25 para 1. É importante

registrar que no caso extremo continua sendo o Brasil, que sustenta uma relação de 44 para 1. (Petras e Veltmeyer, 2002).

Considerando o aprofundamento da precarização das condições de vida e trabalho de amplos setores da população, aliado ao aumento do desemprego em todo o mundo, assistimos a um perceptível crescimento dos índices de criminalidade e as manifestações de insatisfação popular. Mas, mais uma vez, a resposta dos governos para este problema não poderia estar mais distante de soluções reais: o aumento da repressão policial (através de uma maior profissionalização das forças armadas urbanas, aparelhamento atualizado tecnologicamente e a construção de um sistema carcerário maior e mais eficiente). Não é possível se pensar enquanto solução qualquer tentativa que evite a raiz econômica e social desta problemática.

Os sucessivos cortes no investimento social em todos os níveis, aliados ao desmantelamento do aparelho estatal aumentaram a situação de pobreza e precariedade nas condições de vida dos latino-americanos. As numerosas demissões nos setores públicos e privados ocasionaram um crescimento visível do “setor informal” que empurrou muitos trabalhadores para a cotidiana luta pela subsistência, agora a mercê da caridade da comunidade para sobreviver perante a ausência de políticas públicas. A redução substancial do financiamento em saúde e educação públicas levou a sua mercantilização, os tornando mais caros e de pior qualidade. Essa política aplicada aos serviços essenciais, como água, esgoto, energia elétrica e telefonia, anteriormente considerados serviços públicos, levaram ao ressurgimento de enfermidades infecciosas – consideradas extintas – e a uma regressão intensa na sua taxa de eficiência. Assim, a queda do nível de vida tornou-se a realidade de 2/3 ou mais da população latino-americana.

### **Observações conclusivas**

Na medida em que se continue dissociando política de economia as perspectivas de realização de uma igualdade substantiva persistirão. Pois, se a agenda política neoliberal não é colocada em questão pelos diversos governos latino-americanos, a alternância de poder pode ser vista como uma mera troca do administrador a aplicar essas políticas.

Em relação à nova forma de gerir o Estado pode-se afirmar que a convocatória feita à “sociedade civil” para ser parceira nas políticas sociais, pode se transformar numa cilada, na medida em que podemos nos tornar cúmplices na defesa da crise fiscal do Estado, aceitando passivamente a contínua diminuição dos recursos, administrando assim a mercantilização da política social. Pois, é possível se pensar uma política participativa em uma “democracia de mercado”? quando o que realmente vivenciamos é o totalitarismo das regras do jogo, sendo que o monopólio da elaboração da agenda política está para além da sociedade civil.

A democracia não seria, pois, um meio para se chegar ao desenvolvimento econômico e social mais um subproduto do neoliberalismo econômico. Para o Consenso de Washington, a seqüência preferível pareceria ser, em última análise, capitalismo liberal primeiro, democracia depois (BATISTA JR., 1994, p. 11).

Com essas ponderações não pretendemos negar em cheio a necessidade premente da participação política, mas esses conceitos devem ser pensado no âmbito de uma sociedade dividida em classes, e não pensando que os interesses são difusos ou indiferenciáveis.

Assim, a contradição entre o processo recolonizador em curso e os anseios de construção nacional e democrática, atinge um grau intolerável de realização, podendo erguer-se em antagonismo aberto. Quando se abandonam até no papel as ilusões desenvolvimentistas, pois deixam de possuir um substrato real - apesar da grandiloqüência dos discursos oficiais que pregam incessantemente a “retomada do crescimento econômico” -, o conflito entre as classes assume feições cada vez mais radicais. Ainda porquê o discurso – vazio - da defesa da soberania nacional, assim como os incansáveis elogios à estabilidade democrática – cujo

mecanismo interno de controle sustenta-se na alternância de partidos no exercício dos cargos -, não consegue disfarçar a crescente perda de controle – por ter se jogado nos braços do mercado - das rédeas do país sobre o seu futuro e do uso cada vez mais freqüente da força para conter a insatisfação popular.

## Referências

- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. São Paulo, Editora UNESP, 1996.
- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, B. et al. *Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público*, São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- CASANOVA, P. G. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILI, Pablo (org.). *Globalização Excludente*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CASTELS, M. *La Era de la Información – Economía, Sociedad y Cultura*. Vol. 1. Madrid – España, Editora Alianza, 1997.
- CHESNAIS, F. Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos dos enfrentamentos políticos e sociais. *Revista Outubro*, n. 1. São Paulo, 1998.
- FURTADO, J. Globalização das empresas e desnacionalização. In: LACERDA, A. C. (org.) *Desnacionalização: mitos, riscos e desafios*. São Paulo: Contexto, 2000.
- GONÇALVES, R. *Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2002, 236p.
- KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- LACERDA, A. C. (org.) *Desnacionalização: mitos, riscos e desafios*. São Paulo: Contexto, 2000.
- LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LAURELL, A. C. (org.) *Estado e Políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1997.
- MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires, CLACSO, 2000.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo e Editora da UNICAMP, 2002.
- PETRAS, J. & VELTMEYER, H. *El capitalismo al fin del milenio. Rebelion: periódico electrónico de información alternativa*. 21 mar. 2002. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/petras/milenio-petras.htm>>. Acesso em: maio 2004.
- SAMPAIO Jr., P. A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SOARES, E. *Recolonização Como “Reforma Do Estado” No Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SOARES, L. T. R. *Ajuste Neoliberal e Ajuste Social na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

TOLEDO, E. de la G. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, A. C. (org.) *Estado e Políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.